

AVALIAÇÃO DE QUARTA GERAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS DE IDADE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Walkíria Cléa da Silva Farias^{ID¹} e Sandra Lúcia Ferreira^{ID²}

Resumo

Este artigo apresenta os resultados de uma revisão sistemática de literatura sobre a avaliação das aprendizagens na Educação Infantil, com ênfase nas crianças de 0 a 3 anos, à luz dos pressupostos da Avaliação de Quarta Geração. O estudo tem como objetivo mapear e analisar as produções acadêmicas nacionais publicadas entre 2020 e 2025, identificando tendências, enfoques teóricos e lacunas existentes no campo da avaliação no contexto das creches. A revisão foi conduzida a partir de buscas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no portal de Periódicos da CAPES, utilizando descritores relacionados à avaliação, Educação Infantil e Avaliação de Quarta Geração. Do total de 31 produções inicialmente encontradas, 13 atenderam aos critérios de inclusão, sendo quatro artigos e nove dissertações. Os resultados indicam que, embora haja avanços na compreensão da avaliação como processo formativo, ainda são escassas as pesquisas que investigam especificamente a avaliação das aprendizagens de bebês e crianças bem pequenas. Observou-se, também, que nenhuma das produções analisadas utiliza explicitamente a Avaliação de Quarta Geração como referencial teórico, apesar de dialogarem, em diferentes níveis, com seus princípios, como a escuta, a valorização das múltiplas linguagens infantis e a participação dos sujeitos no processo avaliativo. Conclui-se que há uma lacuna significativa de estudos que articulem a avaliação na Educação Infantil, especialmente no berçário, com as perspectivas avaliativas democráticas e participativas, evidenciando a necessidade de aprofundamento teórico e empírico sobre o tema.

Palavras-chave: Avaliação da aprendizagem; Educação Infantil; Crianças de 0 a 3 anos; Avaliação de Quarta Geração.

FOURTH GENERATION EVALUATION IN THE EDUCATION OF CHILDREN AGED 0 TO 3 YEARS: A SYSTEMATIC REVIEW

Abstract

This article presents the results of a systematic literature review on the assessment of learning in Early Childhood Education, with emphasis on children aged 0 to 3 years, grounded in the assumptions of Fourth Generation Evaluation. The study aims to map and analyze Brazilian academic publications from 2020

¹Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Cidade de São Paulo (UNICID). Professora de Educação Infantil. Integrante do Grupo de Pesquisa Avaliação e Representações Sociais em Contexto. Picuí, Paraíba, Brasil. E-mail: walkiria@edu.picui.pb.gov.br

²Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora dos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e em Formação de Gestores Educacionais (PPGP-GE) da Universidade Cidade de São Paulo (UNICID). Líder do Grupo de Pesquisa Avaliação e Representações Sociais em Contexto. São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: sanlucfer@gmail.com



to 2025, identifying theoretical trends, analytical approaches, and research gaps regarding assessment practices in daycare contexts. The review was conducted using the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) and the CAPES Journals Portal, based on descriptors related to assessment, Early Childhood Education, and Fourth Generation Evaluation. From an initial total of 31 publications, 13 studies met the inclusion criteria, comprising four journal articles and nine master's dissertations. The findings indicate that, although there has been progress in understanding assessment as a formative, mediating, and pedagogically integrated process, studies specifically addressing the assessment of learning among infants and very young children remain scarce. Additionally, none of the analyzed studies explicitly adopt Fourth Generation Evaluation as a theoretical framework, despite dialoguing with some of its principles, such as listening, valuing children's multiple forms of expression, and promoting participatory assessment processes. The study concludes that there is a significant gap in research that articulates assessment in Early Childhood Education—particularly in daycare settings—with democratic and participatory evaluative perspectives, highlighting the need for further theoretical and empirical investigations in this field.

Keywords: Learning assessment; Early Childhood Education; Children aged 0 to 3 years; Fourth Generation Evaluation.

EVALUACIÓN DE CUARTA GENERACIÓN EN LA EDUCACIÓN DE NIÑOS DE 0 A 3 AÑOS DE EDAD: UNA REVISIÓN SISTEMÁTICA

Resumen

Este artículo presenta los resultados de una revisión sistemática de la literatura sobre la evaluación de los aprendizajes en la Educación Infantil, con énfasis en niños de 0 a 3 años, a la luz de los presupuestos de la Evaluación de Cuarta Generación. El estudio tiene como objetivo mapear y analizar las producciones académicas brasileñas publicadas entre 2020 y 2025, identificando tendencias teóricas, enfoques analíticos y vacíos existentes en el campo de la evaluación en el contexto de las guarderías. La revisión se realizó a partir de búsquedas en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD) y en el Portal de Periódicos de CAPES, utilizando descriptors relacionados con evaluación, Educación Infantil y Evaluación de Cuarta Generación. Del total de 31 producciones inicialmente encontradas, 13 cumplieron con los criterios de inclusión, siendo cuatro artículos científicos y nueve disertaciones de maestría. Los resultados indican que, aunque existen avances en la comprensión de la evaluación como un proceso formativo, mediador e integrado al cotidiano pedagógico, aún son escasos los estudios que investigan específicamente la evaluación de los aprendizajes de bebés y niños pequeños. Asimismo, ninguna de las producciones analizadas utiliza explícitamente la Evaluación de Cuarta Generación como marco teórico, a pesar de dialogar con algunos de sus principios, como la escucha, la valorización de los múltiples lenguajes infantiles



y la participación de los sujetos en el proceso evaluativo. Se concluye que existe un vacío significativo de investigaciones que articulen la evaluación en la Educación Infantil, especialmente en el contexto de las guarderías, con perspectivas evaluativas democráticas y participativas.

Palabras clave: Evaluación del aprendizaje; Educación Infantil; Niños de 0 a 3 años; Evaluación de Cuarta Generación.

1. Introdução

A Educação Infantil, especialmente no atendimento de crianças de 0 a 3 anos, vem conquistando, ao longo das últimas décadas, reconhecimento como etapa fundamental do desenvolvimento humano e como direito social assegurado por marcos legais e normativos. Historicamente, o atendimento às crianças pequenas esteve profundamente marcado a práticas de cunho exclusivamente assistencialista. Nesse contexto, as creches tinham apenas a função de acolher e cuidar dos filhos das mães trabalhadoras e demais crianças em vulnerabilidade. Não havia preocupação com a dimensão pedagógica.

Esse cenário começa a se transformar de maneira significativa a partir da Constituição Federal de 1988, ao reconhecer a Educação Infantil como direito da criança e dever do Estado, incluindo-a no sistema educacional brasileiro. A consolidação desse direito é reafirmada pela Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ao definir a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, com a finalidade de promover o desenvolvimento integral da criança. Na mesma direção, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) reforçam a concepção de criança como sujeito histórico e de direitos, centro do planejamento curricular. Mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aprofunda esse entendimento ao organizar o currículo em campos de experiências e assegurar direitos de aprendizagem e desenvolvimento, fortalecendo uma concepção de infância ativa, participativa e relacional.

Com o reconhecimento da Educação Infantil, como etapa educativa essencial, a avaliação passa a integrar de forma mais consistente as discussões pedagógicas e as políticas públicas. A LDB estabelece que, nessa etapa, a avaliação deve ocorrer por meio do acompanhamento e registro das crianças, sem finalidade de promoção ou retenção. A BNCC, por sua vez, reafirma que esta, deve assumir caráter processual, formativo e participativo, acompanhando os percursos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças no cotidiano das práticas pedagógicas.

Nesse sentido, avaliar na Educação Infantil implica reconhecer suas especificidades, afastando-se de práticas classificatórias e mensuração de resultados, para assumir uma perspectiva que valorize os processos, os tempos e ritmos das crianças. A avaliação passa a ser compreendida como um importante instrumento tanto para acompanhamento do desenvolvimento da criança quanto para a reflexão e redimensionamento da prática pedagógica.

Essa compreensão dialoga com os pressupostos da Avaliação de Quarta Geração, proposta por Guba e Lincoln (2011), que concebem a avaliação como um processo construído coletivamente baseado no diálogo, na escuta e na negociação de significados entre os sujeitos envolvidos. Embora essa abordagem não tenha sido formulada especificamente para a Educação Infantil, seus princípios mostram-se pertinentes a esse contexto, sobretudo quando se considera a participação das crianças pequenas no processo avaliativo. No caso de bebês e crianças bem pequenas, essa participação não se dá prioritariamente pela linguagem verbal, mas pelas múltiplas linguagens infantis expressas em gestos, olhares, brincadeiras, interações e escolhas cotidianas. Cabe ao professor reconhecer essas manifestações como formas legítimas de comunicação, interpretá-las e dar-lhes visibilidade, incorporando-as ao planejamento e às decisões pedagógicas. Diante dessas reflexões, torna-se relevante investigar como a avaliação das aprendizagens na Educação Infantil, especialmente no contexto das creches, tem sido abordada na produção acadêmica recente e em que medida dialoga com perspectivas avaliativas democráticas e participativas, como a Avaliação de Quarta Geração. Assim, este artigo tem como objetivo apresentar os resultados de uma revisão sistemática de literatura sobre a avaliação das aprendizagens de crianças de 0 a 3 anos, buscando mapear as produções acadêmicas nacionais publicadas nos últimos cinco anos, identificar tendências teóricas e metodológicas e evidenciar lacunas existentes no campo. O estudo insere-se no conjunto de pesquisas que problematizam as práticas avaliativas na Educação Infantil, contribuindo para a compreensão dos desafios e das possibilidades de construção de uma avaliação que valorize a infância em sua integralidade, respeite os princípios democráticos e formativos do processo educativo e reconheça as crianças como sujeitos de direitos desde o nascimento.

2. A avaliação na Educação Infantil

Para refletirmos sobre a avaliação com crianças pequenas, este referencial teórico apoia-se nas contribuições de Ferreira (2019) e de Guba e Lincoln (2011), cujas abordagens, embora não tratem especificamente dessa etapa da educação básica, oferecem fundamentos importantes para a compreensão da avaliação como processo ético, formativo e contextualizado.

Guba e Lincoln (2011), ao proporem a Avaliação de Quarta Geração, entendem-na como um processo construído de forma coletiva, baseado no diálogo, na escuta e na negociação entre os indivíduos envolvidos. Mesmo tendo sido pensada para outros contextos educacionais, essa perspectiva se aproxima bastante da realidade da Educação Infantil, pois nessa etapa, avaliar não significa medir o que a criança sabe ou apenas acompanhar seu desenvolvimento e observar suas experiências no cotidiano. A valorização das múltiplas vozes (professores, famílias e crianças), torna essa proposta especialmente importante para uma avaliação mais respeitosa para a primeira infância.

Da mesma forma, Ferreira (2019), mesmo escrevendo a partir da Educação Superior, contribui para o debate ao defender que a avaliação deve

estar integrada a todo o processo educativo. Para a autora, avaliar é um ato pedagógico e ético, que serve para orientar o trabalho do professor e favorecer as aprendizagens, não para punir ou rotular os estudantes. Essa compreensão dialoga diretamente com a educação para crianças pequenas, na qual a avaliação deve ser contínua, formativa e qualitativa, baseada principalmente na observação e nos registros do cotidiano.

Assim, o uso destes dois referenciais para discutir avaliação com crianças de 0 a 3 anos, se justifica porque eles oferecem fundamentos teóricos que ajudam a repensar a avaliação para além de práticas classificatórias ou mensuráveis. Ao colocarem o foco nos processos, nas relações e nos significados, esses autores contribuem para a construção de uma avaliação que respeita os tempos, as singularidades e os direitos das crianças, além de apoiar o professor na sua prática pedagógica.

À luz dessas contribuições, podemos afirmar que a avaliação na Educação Infantil é parte indissociável do processo educativo e, portanto, deve ser compreendida, sobretudo, como uma forma de acompanhar o desenvolvimento das crianças, levando em consideração suas trajetórias consigo mesmas e com o mundo ao seu redor, suas formas de expressão, seus modos de pensar e as maneiras pelas quais constroem conhecimentos. Nesse contexto, deparamo-nos com uma situação recorrente na prática avaliativa, que muitas vezes ocorre de forma inconsciente por parte de alguns educadores: a comparação entre as crianças. Tais comparações tendem a assumir um caráter pejorativo, como quando se afirma que determinada criança não realiza uma atividade da mesma forma que outra, ou quando se atribui a uma um desempenho considerado “melhor” em detrimento de outra. Essas práticas acabam por construir e, por vezes, verbalizar estereótipos no espaço educativo, expondo dificuldades em vez de favorecer processos de estímulo e superação. Ainda que nem sempre compreendam plenamente essas situações, as crianças as percebem e as internalizam, o que pode comprometer sua autoestima e interferir negativamente em seus processos de aprendizagens. É de suma importância que o educador infantil evite essas comparações pois esses tipos de julgamento não estão de acordo com os propósitos da avaliação para a educação na primeira infância. Não que o juízo de valor seja algo errado ou desnecessário, pelo contrário, ele é um elemento inerente ao processo educativo e, portanto, não pode ser ignorado na prática pedagógica. No entanto, esse juízo de valor precisa estar baseado em critérios pedagógicos claros e em observações cuidadosas do desenvolvimento e das aprendizagens das crianças. Conforme observa a professora Sandra Ferreira (2019) ao afirmar que o juízo de valor é o momento em que o professor “transforma informações em conhecimento sobre a aprendizagem, ao analisar o que o aluno sabe, o que ainda não sabe e o que precisa ser trabalhado” (Ferreira, 2019, p. 36).

A autora explica que dessa forma o professor interpreta as informações coletadas e as transforma em compreensão sobre a aprendizagem do aluno, conduzindo a avaliação de forma justa e ética, enfatizando que “avaliar não é emitir opiniões sobre o aluno, mas analisar as aprendizagens a partir de critérios pedagógicos definidos” (Ferreira, 2019, p. 45). E ainda ressalta que a avaliação

é importante e necessária em todas as áreas da educação, pois permite ao professor refletir sobre sua prática, ajustar estratégias e planejar novas intervenções pedagógicas. Dessa forma, o juízo de valor assume uma função formativa, contribuindo para o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do ensino. Assim, quando o professor avalia de maneira justa e consciente, sem permitir que sentimentos, preferências ou impressões subjetivas interfiram no processo, a avaliação cumpre seu papel educativo, independentemente do nível ou da etapa de ensino em que ocorre. Esses aspectos são fundamentais para que o educador infantil possa planejar experiências e atividades coerentes com o momento e o ritmo de aprendizagem de cada criança.

Princípios como esses, centrados no acompanhamento das aprendizagens e desenvolvimento, defendidos pela autora também estão presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo do Ministério da Educação (MEC) que define os direitos das aprendizagens de todas as crianças brasileiras e estrutura o currículo da Educação Infantil em campos de experiências. Esses campos possibilitam ao educador desenvolver ações que favoreçam o desenvolvimento global da criança oportunizando experiências que envolvem a imaginação, a linguagem, a cultura, o corpo e as relações sociais, constituindo “um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas das crianças, considerando os conhecimentos que elas constroem no convívio com seus pares e com os adultos” (Brasil, 2017, p. 38). Para a faixa etária de 0 a 3 anos, esse acompanhamento exige que o professor utilize a documentação pedagógica para dar visibilidade às aprendizagens que ocorrem no cotidiano.

Ao destacar que o olhar do educador precisa estar voltado para as experiências e as manifestações das crianças, observando o que elas expressam por meio das brincadeiras, das interações e das múltiplas linguagens, a BNCC define que “avaliar é acompanhar, é estar atento ao modo como a criança aprende, brinca, se expressa, constrói significados e se relaciona com os outros e com o mundo” (Brasil, 2017, p. 39), defendendo dessa forma uma avaliação de caráter formativo como sendo uma importante ferramenta de escuta e de compreensão da criança, permitindo que o professor identifique seus avanços, necessidades e interesses.

Essa concepção se aproxima tanto da visão apresentada por Ferreira (2019), quanto a de Guba e Lincoln (2011) ao apresentarem a avaliação de Quarta Geração, baseada em uma perspectiva construtivista e participativa, a partir de um processo hermenêutico-dialético para a construção do conhecimento. O que os autores querem dizer é que esse modelo avaliativo busca compreender a realidade (hermenêutica) por meio da interação entre diferentes pontos de vista, (dialética) considerando o contexto histórico e social de produção do conhecimento por parte dos sujeitos, valorizando os significados que eles atribuem e a sua participação no processo.

A partir dessas concepções é importante pensar que no caso da Educação Infantil, como a criança de 0 a 3 anos, participa desse processo se ainda não consegue expressar suas opiniões verbalmente? A resposta está na forma como

Guba e Lincoln (2011) compreendem o processo de construção de significados pois, de acordo com os autores, ele não depende apenas da linguagem falada, mas também das múltiplas formas de expressão. As crianças participam da avaliação por meio de gestos, expressões, brincadeiras, desenhos e atitudes. O professor, ao observar e interpretar esses sinais, está escutando a criança e considerando sua voz no processo avaliativo. Desse modo, mesmo sem o uso da fala, a criança se faz presente na construção coletiva da avaliação. Cabe ao educador ser um mediador sensível, capaz de ouvir o que ela diz sem palavras, interpretando suas ações e transformando essas observações em práticas significativas para as aprendizagens. Com base nessas perspectivas, é possível afirmar que a avaliação na Educação Infantil deve valorizar o percurso individual de cada criança, reconhecendo seus avanços, conquistas e potencialidades. O objetivo não é medir resultados, mas acompanhar o processo de desenvolvimento, permitindo que o educador planeje experiências que respondam às necessidades e aos interesses de cada grupo. Portanto, inspirando-se na BNCC (2017), em Ferreira (2019) e em Guba e Lincoln (2011), entendemos que avaliar é observar, escutar e compreender, construindo significados junto com as crianças e demais participantes do processo educativo. A avaliação, nesse sentido, é um ato de cuidado, escuta e reconhecimento, que busca interpretar cada criança em sua singularidade e promover aprendizagens significativas ao longo de sua trajetória na Educação Infantil.

3. Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como uma Revisão Sistemática de Literatura, modalidade de investigação que busca analisar e sintetizar de forma criteriosa e transparente as produções acadêmicas sobre determinado tema, permitindo conhecer o estado atual do conhecimento e identificar lacunas para novas pesquisas. Pesquisadores da área como Campos, Caetano e Laus-Gomes (2023) explicam a revisão sistemática como uma modalidade de pesquisa que organiza e resume, de modo padronizado e rigoroso, as evidências publicadas sobre uma questão específica, garantindo a credibilidade e reprodutibilidade ao processo científico. Vosgerau e Romanowski (2014), por sua vez, destacam que os estudos de revisão visam mapear, avaliar e sintetizar resultados de pesquisas anteriores oferecendo indicativos metodológicos e teóricos relevantes ao campo educacional.

Assim o desenvolvimento desta investigação, seguiu os princípios desse tipo de revisão, que segundo Campos, Caetano e Laus-Gomes (2023) é marcada pelo planejamento prévio, pela explicitação rigorosa dos procedimentos metodológicos e pela condução sistematizada de todas as suas etapas, aspectos que tornam explícito o percurso metodológico, asseguram coerência na análise e permitem que outros pesquisadores compreendam, retomem ou aprofundem a investigação realizada. Nessa perspectiva, a revisão sistemática não se restringe apenas à organização ou descrição das produções acadêmicas existentes, mas também assume um caráter analítico, interpretativo e crítico, permitindo compreender o estado do conhecimento em determinado campo,

identificar tendências teóricas e metodológicas, bem como evidenciar convergências, divergências e lacunas na literatura. Em diálogo com essa concepção, Vosgerau e Romanowski (2014) compreendem os estudos de revisão como investigações que articulam mapeamento, avaliação crítica e síntese de pesquisas anteriores, desempenhando papel central na consolidação do campo científico e na qualificação das pesquisas subsequentes. As autoras enfatizam que o rigor na definição dos critérios de inclusão e exclusão, a clareza na apresentação do percurso metodológico e a análise aprofundada dos resultados são elementos fundamentais para garantir a validade e a relevância desse tipo de investigação.

Os autores ainda orientam que uma boa revisão sistemática de literatura deve seguir um processo bem estruturado composto por etapas bem claras e definidas iniciando-se com a definição do problema e a formulação da questão de pesquisa, momento em que o tema é delimitado e a pergunta central é elaborada de forma a orientar todo o percurso investigativo. Em seguida, vem a parte do planejamento e a elaboração do protocolo de pesquisa no qual são estabelecidos os critérios de exclusão e inclusão, as fontes de busca, os descritores e o recorte temporal. As buscas e seleção das pesquisas são realizadas combinando descritores e seguida da leitura de títulos, resumos e palavras-chaves. Após essa seleção procede-se a leitura criteriosa e a análise das produções que foram escolhidas (com fichamento, categorização dos conceitos, metodologia e resultados, onde são interpretadas as evidências encontradas, identificando convergências, divergências e lacunas na literatura). Essa síntese deve, portanto, promover uma análise crítica e reflexiva que contribua para a construção de um novo conhecimento sobre o tema. E por fim vem o relatório final, no qual são apresentados o percurso metodológico, os critérios adotados, as análises e conclusões, evidenciando o rigor e a relevância científica da pesquisa.

Seguindo essas orientações, foram utilizadas nesta investigação, como principais fontes de busca a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Portal de Periódicos da CAPES, com o recorte temporal de 2020 a 2025, priorizando publicações nacionais. Os descritores utilizados foram: Avaliação; Educação Infantil; Crianças de 0 a 3 anos; Avaliação de Quarta Geração. O idioma selecionado foi o português, visando mapear produções que refletissem a realidade e o contexto educacional brasileiro.

Durante a etapa de seleção, foram considerados como critérios de inclusão, apenas estudos com foco na Educação Infantil e nas práticas de avaliação das aprendizagens, em especial na faixa etária de 0 a 3 anos, no contexto das creches em consonância com o objetivo dessa investigação. Em contrapartida, foram adotados como critérios de exclusão os estudos que, embora tratassem da educação Infantil, não abordavam a avaliação das aprendizagens, assim como pesquisas que discutiam processos de aprendizagem em outros níveis ou etapas da educação básica. Também foram excluídos trabalhos que se restringiam a práticas avaliativas de caráter classificatório ou meramente administrativos, sem articulação com os processos de aprendizagem das crianças. Dessa forma, os critérios adotados buscaram

assegurar a coerência entre o objeto investigado, o referencial teórico-metodológico e as análises ao longo da pesquisa.

A leitura e o fichamento dos trabalhos permitiram identificar, abordagens teóricas e metodológicas e principais tendências de investigação sobre o tema.

Por fim, o tratamento dos dados constituiu em sistematizar as evidências teóricas encontradas, relacionando-as com os objetivos da pesquisa, de modo a destacar contribuições e lacunas presentes na produção acadêmica. Assim, a metodologia adotada assegurou transparência e coerência teórico-metodológica, possibilitando uma leitura crítica e contextualizada sobre a avaliação na Educação Infantil na ótica da Quarta Geração.

4. Resultados e discussões

A Revisão sistemática de Literatura teve como objetivo central mapear e analisar as produções acadêmicas nacionais sobre avaliação das aprendizagens na educação infantil, com ênfase na faixa etária de 0 a 3 anos e na perspectiva da Avaliação de Quarta Geração. As buscas foram realizadas nas bases BDTD e Portal de Periódicos da CAPES, considerando o recorte temporal de 2020 a 2025, publicações em língua portuguesa, revisada por pares e de acesso aberto. O levantamento inicial resultou em 31 produções, entre artigos e dissertações. Não foram encontradas teses sobre o assunto em questão.

Após a aplicação dos filtros de inclusão (pertinência ao tema, foco na Educação Infantil e abordagem avaliativa das aprendizagens), foram selecionados 13 trabalhos principais, sendo 4 oriundos da CAPES e 9 encontrados na BDTD, conforme apresentado na tabela:

Tabela 1 – Levantamento quantitativo de artigos e dissertações (2020-2025).

Base de dados	Trabalhos encontrados		Trabalhos selecionados		Quantidade de trabalhos selecionados
	Artigos	Dissertações	Artigos	Dissertações	
CAPES	04	01	03	01	04
BDTD	0	26	0	09	09
TOTAL	04	27	03	10	13

Fonte: autoria própria (2026).

Dentre os 31 trabalhos encontrados, 18 abordam o assunto da avaliação, voltado para a qualidade do serviço ofertado. Tratando-se, portanto, de uma Avaliação “da” Educação Infantil, sendo desclassificados por não corresponder aos interesses dessa pesquisa. O grupo de trabalhos que corresponde aos 13

classificados, abordam a avaliação “na” Educação infantil, ou seja, possuem foco principal no processo de ensino-aprendizagem, no desenvolvimento da criança e na prática pedagógica.

Os resultados indicam que, embora o tema da Avaliação na Educação Infantil demonstre interesse acadêmico, há uma escassez significativa de produções nacionais recentes (2020 a 2025) voltadas especificamente à etapa do berçário (crianças de 0 a 3 anos). Essa lacuna se torna mais evidente quando se busca a aplicação e a exploração dos princípios da Avaliação de Quarta Geração de Guba e Lincoln no contexto da Educação Infantil. Uma vez que a inclusão do termo “avaliação de Quarta Geração” resultou em nenhum trabalho encontrado.

Entre as produções analisadas, apenas um trabalho (Vieira, 2021) trata diretamente da faixa etária do berçário, descrevendo uma pesquisa-intervenção em uma creche pública com crianças de 2 a 3 anos, durante o período da pandemia. O qual discutiu a avaliação documentada e participativa no contexto do atendimento remoto. Tal pesquisa evidencia a importância da documentação pedagógica e da escuta sensível como formas de dar visibilidade às aprendizagens infantis, mesmo quando mediadas por registros familiares e digitais. Nos demais estudos, observou-se que o termo “avaliação na educação infantil” aparece com diferentes enfoques.

Em parte das pesquisas (Miléo, Freitas e Oliveira (2020); Esteban, Louzada e Fernandes (2021); Machado (2022); Duarte (2023), a avaliação é compreendida como processo formativo e mediador, ou seja, busca orientar e aprimorar continuamente o aprendizado e o planejamento pedagógico atuando como instrumento que faz a mediação entre o que a criança sabe e o que ela pode vir a saber. Orientada pela observação e pelo registro, a avaliação toma uma dimensão dialógica entre as professoras e as crianças tornando-se um espaço de escuta e comunicação, no qual as crianças têm suas vozes, interesses e expressões (verbais ou não) consideradas no julgamento e na construção do saber sobre seu próprio desenvolvimento.

Outros trabalhos (Guollo e Paim, 2023; Correia, 2024) destacam o papel dos instrumentos avaliativos, como portfólios, relatórios e registros de brincadeiras, como meios de tornar visível o percurso de aprendizagem e estimular a reflexão docente.

Os estudos de Duarte (2023) e Souza (2023) indicam avanços na compreensão da avaliação como parte do cotidiano escolar, mas também evidenciam desafios como a falta de tempo para registros, o excesso de alunos por turma e a fragilidade na formação docente. Tais limitações dificultam a efetivação de uma avaliação coerente com as concepções atuais de criança e infância, propostas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (2010) e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017).

Brito e Mendes (2022), ao investigar as práticas pedagógicas e avaliativas, evidenciam os desafios enfrentados pelos docentes para garantir a continuidade das aprendizagens em contextos diversos, como o ensino remoto durante a pandemia e destacam a avaliação como processo formativo e mediador,



ênfatizando o protagonismo das crianças e a necessidade de reconhecer bebês e crianças bem pequenas como sujeitos capazes de construir conhecimentos desde o nascimento. Tal compreensão aproxima-se das concepções contemporâneas de infância e dialoga com a perspectiva de avaliação discutida neste artigo, ao reforçar a importância da observação, dos registros e das narrativas docentes como formas de dar visibilidade às aprendizagens infantis.

Na mesma direção, a dissertação de Garcia (2023) realiza um estudo tipo estado da arte da produção científica sobre avaliação da Educação Infantil no período de 1993 a 2021. Embora não se concentre exclusivamente nas aprendizagens de crianças pequenas, o estudo evidencia uma mudança de paradigma nas pesquisas da área, indicando o deslocamento de uma concepção de avaliação associada ao controle e a mensuração para uma perspectiva mais formativa, reflexiva e contextualizada. A autora aponta, que parte significativa das pesquisas recentes tem se voltado à avaliação institucional e de sistemas, o que ajuda a explicar a escassez de estudos focados diretamente nas práticas avaliativas cotidianas das creches, especialmente no berçário, corroborando a lacuna identificada nesta revisão.

De modo semelhante, a dissertação de Ionedá (2021) analisa os instrumentos avaliativos utilizados por professoras de uma pré-escola pública, evidenciando tensões entre as orientações legais e as práticas efetivamente realizadas no cotidiano escolar. Os resultados indicam que, embora o discurso docente se alinhe às concepções formativas de avaliação previstas na legislação, ainda persistem dificuldades para transformar essas concepções em práticas avaliativas coerentes, especialmente em função de condições estruturais, como o número de crianças por turma e a falta de tempo para registros. Tais achados dialogam com outros estudos desta revisão ao apontarem a necessidade de investimentos na formação continuada e na reflexão coletiva sobre a avaliação na Educação Infantil.

Já o estudo de Lago (2023) investiga o processo de avaliação na Educação infantil em uma rede municipal de ensino, ampliando o olhar para além da sala de aula e considerando o papel da gestão educacional e das equipes técnico-pedagógicas. A autora evidencia fragilidades na condução das práticas avaliativas, como a centralidade excessiva em relatórios escritos e a limitada participação das crianças e das famílias no processo avaliativo. Esses resultados reforçam a compreensão de que a avaliação, quando dissociada do cotidiano pedagógico e da escuta das crianças, perde seu propósito afastando-se das concepções defendidas pela legislação brasileira.

De forma geral, a análise dessas produções revela que, embora haja avanços na compreensão da avaliação como processo formativo, mediador e integrado ao cotidiano da Educação Infantil, ainda são recorrentes desafios relacionados à efetivação dessas concepções na prática, especialmente no contexto das creches. Observa-se, também, que poucos estudos se dedicam a investigar de maneira aprofundada a avaliação das aprendizagens de bebês e crianças bem pequenas, bem como a articulação explícita com modelos avaliativos democráticos e participativos, como a Avaliação de Quarta Geração.

Esses achados reforçam as lacunas apontadas por esta revisão e evidenciam a necessidade de ampliar investigações que considerem as múltiplas linguagens infantis, a documentação pedagógica e a participação dos diferentes sujeitos no processo avaliativo.

5. Considerações finais

Este estudo teve como propósito mapear e analisar as produções acadêmicas nacionais publicadas entre 2020 a 2025, que abordam a avaliação das aprendizagens na Educação Infantil, com ênfase nas crianças de 0 a 3 anos e tendo a Avaliação de Quarta Geração como referencial teórico-analítico para a leitura e interpretação das produções, ainda que os estudos não a utilizem explicitamente. Para tanto, realizou-se uma Revisão Sistemática de Literatura, orientada por critérios metodológicos, que permitiram identificar ideias e formas semelhantes de se compreender a avaliação, aproximações teóricas e sobretudo, lacunas existentes no campo da avaliação voltada ao contexto das creches.

Os resultados evidenciaram a necessidade de aprofundamento teórico e metodológico acerca de modelos avaliativos que avancem para além de práticas avaliativas ainda fragmentadas ou meramente descritivas, que, embora orientadas por princípios formativos, nem sempre conseguem acompanhar de modo fidedigno o desenvolvimento infantil e nem são usados para subsidiar a prática pedagógica.

Apesar da ausência de pesquisas que tratem diretamente da Avaliação de Quarta Geração na Educação Infantil e especialmente no contexto do berçário, os princípios que fundamentam essa concepção como o diálogo, a negociação de significados, a valorização das múltiplas vozes e a compreensão da avaliação como processo ético e contextualizado, mostram-se plenamente compatíveis com as concepções contemporâneas de infância e com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e da BNCC.

Nesse sentido a Avaliação de Quarta Geração pode contribuir significativamente para o trabalho docente na creche, ao favorecer práticas avaliativas que acompanhem de forma mais efetiva o desenvolvimento das crianças, respeitando seus tempos, ritmos e singularidades. O uso da observação sistemática, dos registros e da documentação pedagógica, articulado a uma postura reflexiva do professor, possibilita transformar informações do cotidiano em compreensões mais profundas sobre as aprendizagens infantis, orientando o planejamento e as intervenções pedagógicas de maneira intencional o que resulta na melhoria da qualidade da educação ofertada aos pequenos.

Por fim, este estudo aponta a necessidade de ampliação das investigações empíricas sobre avaliação na Educação Infantil, especialmente aquelas que contemplem o berçário e dialoguem com perspectivas avaliativas democráticas e participativas, como a Avaliação de Quarta Geração. Pesquisas futuras podem explorar práticas avaliativas em contextos de creche, considerando não apenas

o olhar do docente, mas também a participação da família e da comunidade educativa, contribuindo para o fortalecimento de uma concepção avaliativa que se oriente por uma perspectiva responsiva e contextualizada, atenta às múltiplas vozes presentes no contexto da creche e que valorize os interesses, as expressões, gestos e interações do bebê como formas legítimas de participação no processo educativo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação Infantil. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 28 dez. 2025.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: Ministério da Educação, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizes_curriculares_educacao_infantil.pdf. Acesso em: 23 dez. 2025.

BRITO, Marilene de; MENDES, Olenir Maria. Avaliação para as aprendizagens na Educação Infantil: visibilidades, protagonismos e fazer docente. **Brazilian Journal of Development**, 2022.

CAMPOS, Alessandra Freire Magalhães de; CAETANO, Luís Miguel Dias; LAUS-GOMES, Victor. Revisão sistemática de literatura em educação: características, estrutura e possibilidades às pesquisas qualitativas. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade**, v. 27, n. 54, 2023.

CILENTO, Andrea Chiarelli. **Importância do gênero textual relatório de aprendizagem na educação infantil para o aperfeiçoamento docente**. 2025. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2025. Disponível em: <http://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/xmlui/handle/123456789/17710>. Acesso em: 13 out. 2025

CORREIA, Larissa Costa. **O portfólio na autoavaliação da aprendizagem: em foco, a educação infantil**. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024. Disponível em: <https://repositorio.uel.br/handle/123456789/11174>. Acesso em: 12 out. 2025

DUARTE, Rosa Maria de Miranda. **A avaliação da aprendizagem na educação infantil: possibilidades e desafios**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2023. Disponível em: <http://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/3381>. Acesso em: 26 out. 2025



ESTEBAN, Maria Teresa; LOUZADA, Virgínia; FERNANDES, Ana Cristina Corrêa. Processos avaliativos e docência na Educação Infantil: diálogos cotidianos. **Educação e Realidade**, 2021.

FERREIRA, Sandra Lúcia. **Avaliação das aprendizagens para professores da educação superior**. São Paulo: Papyrus, 2019.

GARCIA, Elisabete de Oliveira. **Avaliação da educação infantil: Meta-análise e análise da produção do conhecimento no campo da avaliação da Educação Infantil** (1993-2021). 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2023. Disponível em: <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/xmlui/handle/123456789/16788>. Acesso em: 23 set. 2025

GUBA, Egon G.; LINCOLN, Yvonna S. Avaliação de Quarta Geração. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011.

GUOLLO, Lauana Guerreiro; PAIM, Fernanda Regina Luvison. O registro na educação infantil: professoras que observam e registram sobre o brincar. **Revista Saberes Pedagógicos**, v. 7, n. 1, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.18616/rsp.v7i1.8117>. Acesso em: 20 set. 2025

IONEDA, Amélia Murakani. **Instrumentos de avaliação na prática pedagógica de professoras de uma pré-escola: entre o proposto pela legislação vigente e o realizado no cotidiano**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2021. Disponível em: <http://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/2820>. Acesso em: 19 set. 2025

LAGO, Euquênia Veiga. **Avaliação na educação infantil: um estudo na Rede Municipal de Ensino de São Luís**. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/16764>. Acesso em: 13 set. 2025

MACHADO, Priscila de Freitas. **Avaliação na Educação Infantil: entrecruzando olhares para ressignificar instrumentos**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11612/5717>. Acesso em: 13 set. 2025

MILÉO, Irlanda do Socorro de Oliveira; FREITAS, Léia Gonçalves de; OLIVEIRA, Cassiane de Nazaré da Silva. Reflexões sobre as práticas avaliativas em uma creche no município de Altamira-PA. **Zero-a-Seis**, v. 22, n. 41, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroaseis/article/view/1980-4512.2020v22n41p147>. Acesso em: 13 set. 2025

SOUZA, Diego Tarcísio Matos de Sousa e. **Avaliação na Educação Infantil: do campo científico ao cotidiano escolar.** 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11612/5844>. Acesso em: 11 set. 2025

VIEIRA, Natalia Francisquetti Silva. **A avaliação documentada e participativa na creche no contexto de pandemia: narrativas da trajetória de aprendizagem.** 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, 2021. Disponível em: <https://repositorio.uscs.edu.br/handle/123456789/667>. Acesso em: 11 set. 2025

VOSGERAU, Dilmeire Sant’Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014.

Responsabilidade Editorial: Josiane Peres Gonçalves.

Recebido em: 19 de março de 2026.

Aceito em: 07 de agosto de 2026.

Publicado em: 03 de setembro de 2026.